



DIÁLOGOS

A revista que pensa a cultura de paz no ambiente escolar.

ANO 1 | Nº 1
2025



Convivências: um caminho para a construção da Paz

Com o Dr. Nei Alberto Salles Filho

Apresentação da Ilustração da Capa

A arte da capa desta primeira edição apresenta o símbolo de uma árvore multicolorida, inspirada no Fauvismo, movimento artístico que surgiu na França no início do século XX, caracterizado pelo uso vibrante e expressivo de cores puras, sem misturas, e por pinceladas fortes.

Suas múltiplas cores buscam representar a diversidade humana e sua riqueza cultural, étnica, de origem e de histórias, dentre tantas outras facetas que se podem atribuir à espécie. Sua representação também deseja reforçar a escuta e o reconhecimento da trajetória de cada pessoa, reforçar os vínculos entre o “eu” e o “nós” em um contexto de construção de espaços seguros de fala e de acolhimento, ambiente desejável para a construção de processos de cultura restaurativa e de paz.

Suas flores buscam representar sonhos, emoções, criatividade e beleza por meio da sensibilidade e da imaginação. Os frutos, por sua vez, refletem as ações e os resultados que devem ser partilhados em comunidade, considerando gestos de cuidado, de solidariedade e de escuta ativa.

Os galhos representam as relações, a expansão e as possibilidades, simbolizando a cooperação e o convívio respeitoso, mas também o lugar de trabalhar a resolução de conflitos de maneira participativa, coletiva e respeitosa. O tronco fala das identidades consolidadas, os valores que sustentam e fortalecem as escolhas que se devem fazer diariamente para a manutenção de uma paz que não se pretende ausência de conflitos, mas fortalecimento de relações respeitadas, solidárias e abertas ao diálogo.

Esse elemento se constrói no autoconhecimento e nos valores éticos, com empatia e responsabilidade, para promover autonomia e fortalecer a comunidade para suportar os “ventos da adversidade”. Finalmente, as raízes remetem à ancestralidade, nossas origens e nossos pertencimentos: família, comunidade, histórias, valores e tradições. Elas também simbolizam o que nos sustenta emocionalmente, dando-nos firmeza. Falar de raízes é acolher a diversidade, escutar com respeito as histórias



de vida que se entrelaçam e formam rizomas de conhecimentos e sabedoria compartilhados no tempo.

Somos árvores simbólicas que constituem florestas: precisamos uns dos outros para nos projetarmos ao universo de possibilidades com todas as nossas marcas, potencialidades e limitações, afinal

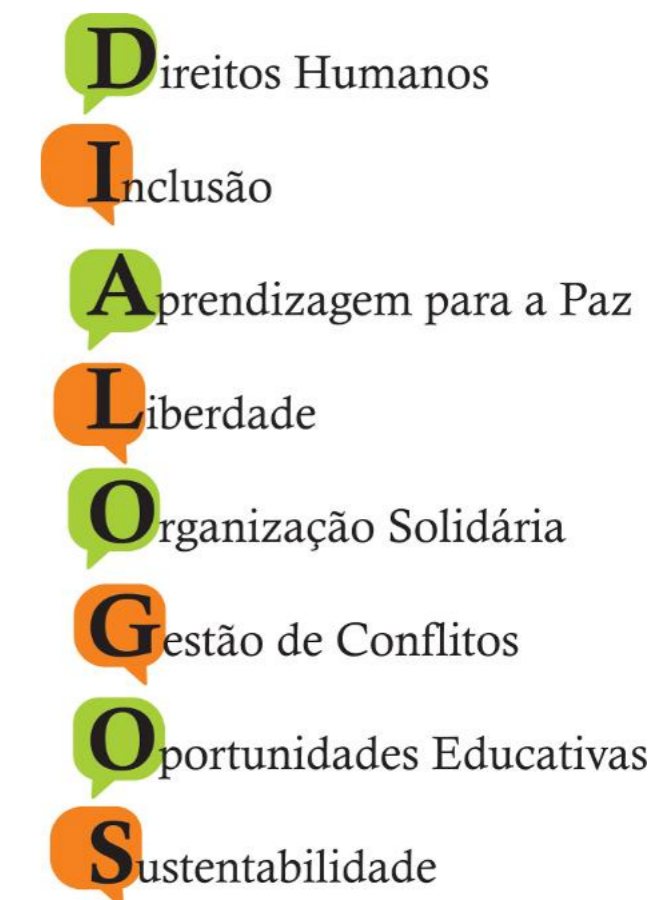
“Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza” (Boaventura de Souza Santos).

Créditos

Imagem criada com uso de Inteligência Artificial com prompt autoral de Dianni Pereira de Oliveira. Texto descritivo da obra da mesma autora.

Sobre a escolha do nome: Revista DIÁLOGOS

No contexto do Programa Educar para a Paz, considerando os eixos Educar em Valores e Direitos Humanos, Gestão de Conflitos, Vivências e Convivências e, finalmente, Ecoformação, chegamos à ideia de um acrônimo para nos ajudar a pensar as diretrizes e marcos orientadores das discussões propostas, conforme diagrama abaixo.



É com grande satisfação que apresentamos a primeira edição da Revista Diálogos, uma iniciativa que nasce como desdobramento direto do Programa Educar para a Paz, criado pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo, em 2024, para fortalecer a cultura de paz e enfrentar os desafios da violência nas/das/contra as escolas. O programa, fundamentado em Valores e Direitos humanos, Gestão de Conflitos, Vivências e Convivências e Ecoformação, busca implementar medidas de conscientização, prevenção e combate aos diversos tipos de violência e microviolências, promovendo o diálogo, o respeito mútuo e a empatia em toda a rede pública estadual. A revista surge como espaço de reflexão, troca de experiências e disseminação de boas práticas, reforçando o compromisso coletivo de construir ambientes escolares seguros, acolhedores e promotores de uma convivência baseada na justiça, na solidariedade e na cidadania ativa.



Sabemos que a violência, em suas múltiplas expressões, está presente em nosso contexto social. Esse fenômeno compromete o clima escolar, afetando diretamente o desenvolvimento emocional, social e intelectual de nossos(as) estudantes. Por isso, é fundamental que todos nós, gestores(as), professores(as), profissionais da educação, estudantes e famílias, atuemos de forma colaborativa e proativa na prevenção e no enfrentamento dessas situações.

A Revista Diálogos surge como um convite ao diálogo, à reflexão e à ação. Em suas páginas, buscamos reunir práticas inspiradoras, experiências exitosas e contribuições de especialistas e lideranças comprometidas com a transformação da realidade escolar. Acreditamos que a educação pode ser um dos principais instrumentos para romper ciclos de violência e promover uma cultura de paz, baseada na equidade, no respeito à diversidade e na valorização dos direitos humanos. A construção de uma cultura de paz exige, acima de tudo, a participação de todas as pessoas. É preciso que cada um faça a sua parte: profissionais da educação (promovendo o diálogo e garantindo uma formação consoante à cultura de paz); estudantes (exercitando a empatia e o respeito); famílias (apoiando e reforçando os valores essenciais a uma convivência democrática); e gestores (garantindo um ambiente seguro e acolhedor para todos).

Com esta edição, reafirmamos nosso compromisso com a educação pública de qualidade, inclusiva e promotora da paz. Que possamos, juntos, construir uma sociedade mais justa, humana e fraterna, começando dentro de nossas escolas.

Boa leitura!

Vitor Amorim de Angelo
Secretário de Estado da Educação

06 **Editorial**
Por que é preciso educar para a paz?

08 **Ponto de Partida**
Infográfico Educar para a Paz

09 **História que inspira**
Ação Coletiva: “O Teorema da Inclusão
Construindo uma Escola Justa

10 **Quebrando Silêncios**
Análise dados sobre violências contra meninas e mulheres

13 **Entrevista**
Dra. Fernanda Prugner
Enfrentamento às violências que atingem meninas e mulheres

17 **Notícias do Programa**
O que já fizemos e o que vem por aí

20 **Jornadas Educativas**
Educação em Direitos Humanos: desafios e caminhos possíveis

24 **Artigo de Opinião**
Convivências: um caminho para a construção da Paz

27 **Fala Professor(a)!**
Angelo da Conceição Demuner

28 **Datas que educam para a Paz**
Datas com interface pedagógica

33 **Ecoformando**
Ecoformação: por uma educação integral

35 **Repositório pela Paz**
Participe da próxima edição da Revista Diálogos

Por que é preciso educar para a paz?

Por Fernanda Maia Lyrio e Aleide Cristina de Camargo

Um dos maiores desafios enfrentados pela educação nos últimos tempos tem sido fortalecer a cultura de paz. Encarar os problemas da violência nas/das/contras as escolas não é tarefa das mais fáceis, especialmente pela amplitude dos diversos tipos de violências e microviolências que permeiam (ou podem permear) o ambiente escolar. Em meio à evolução da violência no cenário brasileiro, urge a adoção de medidas no âmbito da educação pública que reforcem o compromisso com a construção de ambientes seguros de aprendizagem e de transformação social.

A primeira edição da Revista Diálogos, do Programa Educar para a Paz, surge da necessidade de se estabelecerem políticas públicas voltadas para o combate a quaisquer tipos de violências nas escolas da rede estadual de ensino. Comprometida com a missão de assegurar o direito à educação integral por meio do acesso, da permanência e da aprendizagem com sucesso escolar e inclusão, a Secretaria de Estado da Educação (Sedu) não mede esforços para conscientizar, prevenir e combater a violência escolar e suas múltiplas faces. As páginas da Revista Diálogos estão recheadas de conteúdos pertinentes e atuais, com textos e práticas exitosas que nos fazem refletir: por que é preciso educar para a paz?

A resposta, aparentemente simples, é carregada de simbologias. Trata-se de um dever social. Em um país em que os índices de violência nas escolas são alarmantes, onde crianças, jovens, adolescentes e adultos estão cada vez mais em convívio próximo com desigualdades, preconceitos, agressões físicas, psicológicas e verbais, inversão de valores, diferentes condições socioeconômicas e culturais, a relevância social de estudos e práticas educacionais acerca da cultura de paz tende a reforçar o que deveria ser óbvio para todos: uma educação mais humanitária e democrática perpassa pelas noções de respeito, inclusão, equidade, igualdade, cooperação e solidariedade.

Acreditamos ser o espaço escolar o ambiente mais apropriado para o desenvolvimento do diálogo, do cuidado e, acima de tudo, das transformações indis-

pensáveis para que a paz seja a mola propulsora das relações sociais.

Aqui, entendemos que é preciso dialogar, refletir e agir. A cultura da paz precisa e deve fazer parte da educação capixaba e do cotidiano escolar de nossos(as) estudantes, e a Revista Diálogos acena para este caminho.

Trata-se de uma perspectiva inclusiva, transversal e multifacetada, que reflete a preocupação desta Secretaria da Educação com a promoção de valores, atitudes e comportamentos que respeitam a vida em suas concepções individuais e coletivas. Ganham os(as) gestores(as), diretores(as), pedagogos(as), professores(as), profissionais da educação, pais, estudantes e familiares. Ganha toda a comunidade escolar. Ganhamos todos nós! Afinal, a mobilização em prol da paz é uma necessidade básica que abrange o que temos de mais valioso: a nossa consciência cidadã, o nosso poder de exercer a cidadania, ainda que em inúmeros contextos e realidades. A busca pela equidade, pela justiça social e a luta contra a violência nas/das/contras as escolas são deveres nossos e, sobretudo, direitos nossos também.

Nesse sentido, a Revista Diálogos traz em seu bojo princípios basilares que estão em consonância com seus ideais, formando um acrônimo que não deixa dúvidas quanto às suas intencionalidades:

D — Direitos Humanos
I — Inclusão
Á — Aprendizagem para a Paz
L — Liberdade
O — Organização Solidária
G — Gestão de Conflitos
O — Oportunidades Educativas
S — Sustentabilidade

Esperamos que você, leitor(a), desfrute de todas essas intencionalidades e faça parte também desse compromisso de educar para a paz.



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Educação
suea@edu.es.gov.br

Direitos reservados.
É proibida a reprodução total ou parcial de textos e imagens sem autorização.

Nota Técnica
Esta publicação utilizou recursos de inteligência artificial para apoio à revisão gramatical e estilística em estágios iniciais do processo editorial. A curadoria final é humana.

Governo do Estado do Espírito Santo
José Renato Casagrande
Secretário de Estado da Educação
Vitor Amorim de Angelo
Subsecretária de Estado de Educação Básica e Profissional
Andréa Guzzo Pereira
Gerente de Currículo da Educação Básica
Aleide Cristina de Camargo

REVISTA DIÁLOGOS
Ano 1 Nº 1 2025

CONSELHO EDITORIAL
Aldete Maria Xavier
Aleide Cristina de Camargo
Andréa Guzzo Pereira
Vinnicius Camargo de S. Laurindo

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Vinnicius Camargo de S. Laurindo

PRODUÇÃO DE TEXTOS
Aleide Cristina de Camargo
Angelo da Conceição Demuner
Fernanda Maia Lyrio
Hiago Couto Silva Ramos
Laura Maria Carneiro Gomes Espinosa
Luciana de Andrade
Luciane da Silva Lima Vieira
Vinnicius Camargo de S. Laurindo
Vitor Amorim de Angelo

ARTICULISTA
Antonio Lopes de Souza Neto
Nei Alberto Salles Filho
Virgínia Ostroski Salles

REVISÃO DE TEXTOS
Fernanda Maia Lyrio

EDIÇÃO DE ARTE E DESIGN
Dianni Pereira de Oliveira

ILUSTRAÇÃO DE CAPA
Dianni Pereira de Oliveira

COLABORADORES
Aline Machado
Aline de Freitas Dias
Amanda Sardinha
Ana Paula Azevedo Moura Careta
Mislene Santos de Souza
Raquel Schimid

Ponto de Partida

O programa Educar para a Paz é uma iniciativa que visa fortalecer a cultura de paz nas escolas, promovendo ações para prevenir e enfrentar a violência no ambiente escolar. Seu objetivo é Promover a cultura de paz nas escolas estaduais do Espírito Santo, por meio de ações educativas que previnam e combatam a violência e as microviolências.



Eixos do Programa

OBJETIVOS DOS EIXOS

- 1**
- . Fomentar a cultura de paz nas escolas estaduais por meio de ações pedagógicas.
 - . Institucionalizar a Simulação Estudantil da Organização das Nações Unidas na rede Estadual (SerONU).
 - . Realizar a integração do Currículo do Espírito Santo com os valores da Cultura de Paz.
 - . Promover propostas pedagógicas a partir das práticas presentes nos Cadernos Metodológicos contemplando temáticas sobre os Direitos Humanos.

- 2**
- . Realizar, na perspectiva intersetorial, campanhas e ações acerca da promoção e cuidado em saúde mental de todos os/as membros/as da comunidade escolar.
 - . Mapear e tipificar as violências e microviolências por meio de uma plataforma de Registro e monitoramento.
 - . Promover a prevenção das violências e intervenção ocorridas no espaço escolar de forma intersetorial.

- 3**
- . Incentivar melhorias nos espaços escolares de modo a proporcionar a acessibilidade e o bem-estar físico e mental da comunidade escolar.

- 4**
- . Incentivar projetos que envolvam estudo do meio ambiente local, promovendo a conscientização sobre questões socioambientais.
 - . Fortalecer ações de educação ambiental que corroborem com a ecoformação.
 - . Realizar a etapa estadual da Conferência Nacional Infantojuvenil para o Meio Ambiente.

Público Beneficiado

Toda a comunidade escolar da rede pública estadual do Espírito Santo, incluindo estudantes, professores, gestores e famílias.

HISTÓRIAS

que inspiram

Luciana de Andrade, Assistente social
 Laura Maria Carneiro Gomes Espinosa, Psicóloga

APOIE Escola Muniz Freire
 EEEFM Arquimimo Mattos - Piaçu, em Muniz Freire-ES
 SRE Guaçuí- Comendadora Jurema Moretz Sohn

Ação Coletiva: “O Teorema da Inclusão – Construindo uma Escola Justa”

Com foco nos(as) estudantes do 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental, a ação coletiva teve como objetivo promover uma reflexão sobre a importância do respeito às diversidades, por meio da conscientização dos efeitos do *bullying* em sala de aula, além de estimular a empatia, o respeito mútuo e a responsabilidade nas relações interpessoais.

Iniciamos com a apresentação da história autoral “O Boneco Falante e o Segredo da Amizade”, encenada com o uso de fantoches. A narrativa, centrada no personagem Pipoca, um boneco que compartilha os desafios vivenciados em seu ambiente escolar, convidou as crianças a refletirem sobre temas como amizade, respeito e convivência harmoniosa.

Na sequência, foi realizada a dinâmica do envelope surpresa, em que um envelope era circulado entre os(as) alunos(as) ao som de uma música. Quando o som era interrompido, a criança que estivesse com o envelope retirava um *card* ilustrado contendo uma situação relacionada ao respeito ou ao *bullying* e compartilhava sua percepção. Essa atividade favoreceu a escuta ativa, o diálogo e a expressão de sentimentos, criando um ambiente de reflexão e troca.

Essa ação faz parte de uma campanha preventiva contínua, identificada pela escola. O engajamento dos(as) alunos(as) foi notável, e, a partir da percepção dos(as) professores(as), observou-se maior participação nas atividades e melhora nos comportamentos, reforçando a importância de fortalecer vínculos por meio de estratégias lúdicas e pedagógicas.



Fotografia: acervo das autoras



Fotografia: acervo das autoras

Laura Espinosa

Formada em Psicologia pela FAFIA e graduanda em Pedagogia pela UFES. Pós-graduada em Terapia Cognitivo-Comportamental, Psicologia do Trânsito, Psicologia Positiva, Pedagogia Social e Educação Especial e Inclusiva.



Luciana de Andrade

Assistente Social e Pedagoga. Pós-graduada em Políticas Públicas, Gestão em Serviços Sociais, Educação Inclusiva e Alfabetização. Formação em Direitos Humanos e Diversidades.



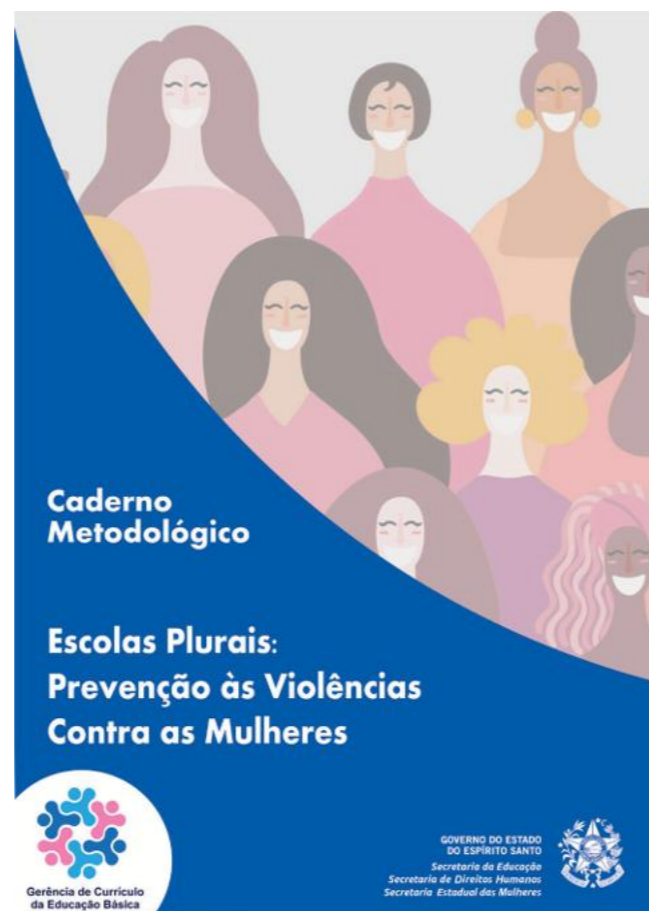
QUEBRANDO
SILÊNCIOS

Texto Vinnicius Laurindo

As violências contra meninas e mulheres são uma das violações mais presentes e persistentes dos direitos humanos em nossa sociedade. E, ao falar de violências — no plural — precisamos destacar a multiplicidade de formas que essa opressão assume: física, psicológica, sexual, moral, patrimonial, digital, simbólica e institucional. É preciso perceber que essas violências não se restringem ao espaço doméstico, mas se estendem às ruas, às escolas, aos ambientes virtuais e ao trabalho (ESPÍRITO SANTO, 2023).

O Caderno Metodológico Escolas Plurais (fruto de um trabalho articulado entre a Secretaria de Estado da Educação, NUPEGES-Ufes, Secretaria de Estado de Mulheres e Secretaria de Estado de Direitos Humanos) reconhece a violência contra as mulheres como uma violação persistente dos direitos humanos atravessada pelas relações de gênero, raça e classe. Embora avanços tenham ocorrido na legislação e nas políticas públicas, as mulheres, sobretudo as negras, seguem como as principais vítimas dessas violências, muitas vezes naturalizadas e invisibilizadas socialmente (ESPÍRITO SANTO, 2023).

Essa leitura dialoga diretamente com os dados da pesquisa “Visível e Invisível: Vitimização de Meninas e Mulheres” que chega à sua quinta edição e traz dados inéditos sobre as distintas formas de violência contra meninas e mulheres brasileiras experienciadas nos últimos 12 meses.



Análise do Infográfico “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil (2025)”

A violência de gênero no Brasil é um problema persistente e que vem se agravando ao longo dos anos, manifestando-se de forma cada vez mais diversa em seus contextos e expressões. Os dados mais recentes indicam a maior taxa de vitimização de mulheres já registrada desde o início da série histórica da pesquisa, revelando a urgência do enfrentamento a essa realidade.

Principais números e tendências

- **40,7% das mulheres com 16 anos ou mais** sofreram violência física, sexual e/ou psicológica de parceiro íntimo ou ex-parceiro ao longo da vida.
- No último ano (2024-2025), **37,5%** das brasileiras vivenciaram algum tipo de violência ou agressão, ou seja **21,4 milhões** de mulheres.
- Os tipos de violência mais frequentes foram:

- * Ofensas verbais (31,4%)
- * Agressão física (16,9%)
- * Stalking (16,1%)
- * Ofensas sexuais (7,8%)
- * Divulgação de fotos íntimas sem consentimento (3,9%)

Perfil das vítimas

A violência afeta principalmente mulheres **negras (64,2%)** e jovens de **16 a 34 anos (44,8%)**.

Assédio: uma violência pública e cotidiana



Os dados sobre assédio evidenciam que a violência de gênero ultrapassa o espaço privado e está presente de forma cotidiana em ambientes públicos e profissionais. Com 40,8% das mulheres relatando cantadas ou comentários desrespeitosos nas ruas e altos índices também no trabalho e transporte público, os números confirmam a naturalização dessas violências e suas consequências para a liberdade e segurança das mulheres.

Esse cenário reforça a urgência de ampliar o debate sobre assédio e promover ações que garantam ambientes públicos e institucionais mais seguros e respeitosos para todas.

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2025).
Adaptado pelo autor.

Crescimento da Vitimização especialmente no ambiente de trabalho

Crescimento da Vitimização, especialmente no âmbito do trabalho



Os dados comparativos entre 2017 e 2025 revelam um crescimento preocupante na vitimização de mulheres em ambientes de trabalho. Em 2017, 12,5% das mulheres relataram terem sofrido violência ou assédio no ambiente profissional, número que subiu para 20,5% em 2025 — um aumento significativo de 8 pontos percentuais em menos de uma década. Esse crescimento indica que, apesar dos avanços no debate público sobre igualdade de gênero e segurança no trabalho, as violências e assédios permanecem enraizados nas relações profissionais e são frequentemente invisibilizados ou naturalizados.

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2025). Adaptado pelo autor.

Reflexões

Os dados reafirmam que a violência contra meninas e mulheres no Brasil permanece como um fenômeno estrutural, atravessado por **racismo, desigualdades regionais, relações de poder e controle sobre o corpo e sobre a liberdade das mulheres**. Além disso:

- A naturalização da violência simbólica e das agressões no espaço público precisa ser combatida.
- As escolas, por seu papel formativo, devem discutir essas violências de forma aberta, crítica e

articulada à cultura de paz e aos direitos humanos.

- É urgente ampliar as políticas de proteção, a acessibilidade aos canais de denúncia e a formação de profissionais da segurança e da saúde para lidar com essas situações.
- Ao aproximar esses resultados das reflexões propostas pelo Caderno Escolas Plurais, reforça-se a urgência de práticas educativas que problematizem as relações desiguais de poder, desfaçam os estigmas naturalizados e fortaleçam a escola como espaço ativo de enfrentamento às violências e promoção da equidade de gênero.

Para saber mais

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Caderno metodológico: Escolas Plurais: prevenção às violências contra as mulheres / Organização: Aldete Maria Xavier et al. Versão revisada. Vitória, ES: Secretaria de Estado da Educação, 2023. 108 p.

Visível e invisível [livro eletrônico] : a vitimização de mulheres no Brasil. -- 5. ed. -- São Paulo : Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.

[Link de Acesso](#)

[Link de Acesso](#)



Entrevista

“A mensagem que deixamos é de esperança, responsabilidade coletiva e compromisso com a transformação.”

Por Dr^a Fernanda Prugner

Um diálogo com a Dr^a Fernanda Prugner sobre o enfrentamento às violências que atingem meninas e mulheres. Diante disso, que papel a escola precisa assumir e que mudanças são urgentes para transformar essa realidade?

Nesta edição, a seção entrevista traz uma conversa essencial sobre educação, direitos e enfrentamento às violências de gênero no ambiente escolar. Em um cenário em que meninas e mulheres continuam sendo alvo de violências naturalizadas e silenciadas, iniciativas como o projeto Defensoria Delas nas Escolas mostram a importância de romper barreiras e promover debates críticos desde a juventude. Para falar sobre essa experiência e sobre os desafios e impactos gerados por esse diálogo dentro das escolas, convidamos a defensora pública Fernanda Prugner, coordenadora de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres da Defensoria Pública do Espírito Santo. Nesta entrevista, ela compartilha sua trajetória, apresenta o projeto e reflete sobre a urgência de construir, nos ambientes escolares, espaços seguros e acolhedores para meninas, mulheres e toda a comunidade escolar.

1) Dr^a. Fernanda, a senhora poderia contar um pouco sobre a sua trajetória como defensora pública, em especial, com a temática de enfrentamento à violência contra a mulher?

Ingressei na carreira da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo em março de 2018. Desde o início da minha trajetória na instituição, venho atuando com especial atenção ao enfrentamento às violências contra as mulheres. Ainda em 2018, ingressei no Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM-DPE/ES), espaço que marcou profundamente minha atuação profissional e pessoal. Permaneci como membra do NUDEM-DPE/ES até setembro de 2024, período em que me envolvi diretamente com atendimentos individuais, articulações

em rede, ações coletivas e incidência institucional voltadas à proteção e à promoção dos direitos das mulheres em situação de violência. Atualmente, estou na Coordenação de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres da DPES, função que compreende a coordenação do próprio NUDEM-DPE/ES, de todas as Defensorias Especializadas no Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica e Familiar e do Click Delas — um instrumento inovador da DPES de acesso à justiça, por meio do qual mulheres em situação de violência podem requerer medidas protetivas de urgência de forma online, célere e segura. Minha atuação não se restringe ao âmbito interno da Defensoria. Integro a Câmara Técnica do Pacto Estadual de Enfrentamento às Violências contra as Mulheres, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Mulheres do Estado do Espírito Santo (CEDIMES), o Conselho Gestor da Casa Abrigo Estadual e sou Membra da Comissão de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres do Colégio Nacional de Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege). Essa trajetória tem sido marcada pela convicção de que o enfrentamento à violência de gênero exige atuação comprometida, interseccional e coletiva.

2) Como nasceu o projeto “Defensoria Delas nas Escolas” e quais são os principais objetivos dessa iniciativa?

O projeto Defensoria Delas nas Escolas nasceu de uma inquietação profunda e da urgência diante dos dados alarmantes que escancaram o quanto meninas e adolescentes têm sido vítimas cotidianas de violências. Violências que acontecem dentro de casa, nas relações afetivas, nas redes sociais e que se perpetuam por ausência de informação qualificada, proteção e escuta. Diante disso, a Coordenação de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, em articulação com o Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos

da Mulher (NUDEM-DPE/ES), entendeu que não há mais tempo a perder: a prevenção precisa começar pela educação em direitos na juventude. Em março de 2024, demos início à primeira edição do projeto, em formato piloto, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Terra Vermelha, no município de Vila Velha. Cerca de 120 estudantes participaram da atividade, com intensa adesão, escuta atenta e uma mobilização emocionante da comunidade escolar. Aquela experiência inicial não só validou a proposta como reforçou a potência do projeto como política pública de base voltada à promoção dos direitos de meninas e de mulheres. Desde então, cada escola que nos acolhe nos devolve uma certeza: esse caminho é necessário, urgente e transformador. O projeto atua diretamente na formação de uma consciência crítica entre estudantes, promovendo o conhecimento sobre seus direitos, o enfrentamento das múltiplas formas de violência de gênero e o incentivo à construção de relações baseadas no respeito, na equidade e na liberdade. O que levamos às escolas vai além da informação: é uma escuta ativa, uma conversa de igual para igual, uma oportunidade de nomear e reconhecer violências que tantas vezes foram vividas em silêncio. E se é verdade que os(as) estudantes saem impactados(as), também é verdade que nós saímos transformadas a cada escola que nos recebe. O projeto não é fixo nem fechado: ele é vivo, sensível, e constantemente atualizado a partir das manifestações, escutas e aprendizados que colhemos com cada turma, com cada diálogo, com cada história que nos é confiada.

3) Como a senhora percebe a importância de levar o debate sobre violência de gênero para o ambiente escolar, especialmente junto a estudantes do Ensino Médio?

Levar o debate sobre direitos de meninas e mulheres e sobre o enfrentamento às diversas formas de violência de gênero para o ambiente escolar, especialmente junto a estudantes do Ensino Médio, é uma etapa da vida escolar é marcada por intensos processos de formação identitária, afetiva e social. Os(as) adolescentes estão em pleno desenvolvimento de sua autonomia, valores e visões de mundo. É justamente

nesse momento que a educação em direitos deve ser fortalecida, com a desconstrução das estruturas de desigualdades de gênero e o enfrentamento às violências naturalizadas que afetam de maneira desproporcional meninas e mulheres. Ao inserir o debate de gênero, respeito e equidade no ambiente escolar, em linguagem e metodologia própria e adequada à idade, não estamos apenas informando, estamos formando sujeitos críticos, capazes de identificar situações de violência, questionar desigualdades naturalizadas e romper com padrões opressores reproduzidos socialmente. Essa formação é fundamental para que os(as) estudantes reconheçam seus próprios direitos e também os direitos do(a) outro(a), desenvolvendo relações baseadas no cuidado, na responsabilidade e no respeito à diversidade.

4) O projeto Defensoria Delas nas Escolas utiliza músicas com conteúdo violento ou misógino para trabalhar a identificação de violências. Como essa estratégia tem contribuído para sensibilizar e aproximar os jovens da discussão?

O uso de músicas com conteúdo misógino ou que naturalizam a violência tem sido uma estratégia pedagógica potente dentro do projeto Defensoria Delas nas Escolas, justamente por estabelecer um ponto de conexão direta com a realidade e com o universo cultural dos(as) adolescentes. Ao propor uma análise crítica de letras populares que muitas vezes circulam de forma acrítica nos espaços escolares e nas redes sociais, buscamos promover uma escuta ativa e reflexiva, que permita aos(as) estudantes reconhecerem formas sutis — e nem sempre identificadas como violentas — de opressão, controle e objetificação das meninas e mulheres. Essa abordagem parte do pressuposto de que a violência de gênero está profundamente naturalizada em nossa sociedade e se expressa não apenas nas músicas, mas também nas relações afetivas e familiares, na linguagem cotidiana, na cultura popular, na política, nos espaços de poder, nos meios de comunicação, etc. O projeto convida os(as) adolescentes a questionarem essas estruturas, tornando-se protagonistas na desconstrução de padrões machistas que atravessam suas vivências. Além da análise crítica de músicas, o projeto utiliza um conjunto integrado de práticas educativas interativas

O que levamos às escolas vai além da informação: é uma escuta ativa, uma conversa de igual para igual, uma oportunidade de nomear e reconhecer violências que tantas vezes foram vividas em silêncio.

que tem se mostrado altamente eficaz na aproximação com os(as) estudantes e na sensibilização sobre as múltiplas formas de violência. Dentre essas práticas, destacam-se: Dinâmicas com jogos, quizzes e identificação de situações do cotidiano que estimulam o reconhecimento de comportamentos abusivos; Atividades participativas sobre igualdade de gênero, machismo estrutural e estratégias de enfrentamento às violências; Construção coletiva de vínculos saudáveis, reconhecimento de sinais de abuso e fortalecimento de redes de apoio; Criação de um mural coletivo de intenções, no qual os(as) alunos(as) registram compromissos, desejos e aprendizados relacionados ao respeito, à equidade e à não violência; e o Desenvolvimento de uma playlist personalizada para as escolas, com músicas inspiradoras e não violentas que dialogam com os valores do projeto e ajudam a compor sua identidade coletiva. Esse conjunto de ações, que integra reflexão crítica, vivência prática, produção coletiva e escuta sensível tem contribuído significativamente para a sensibilização dos(as) jovens. Eles(as) não apenas reconhecem os contextos de violência que os(as) cercam, mas também se sentem mobilizados(as) a romper com padrões e a construir relações mais justas, igualitárias e livres de opressões.

5) Percebemos que, muitas vezes, meninos aprendem comportamentos violentos desde a infância. Como o projeto busca inverter essa lógica, especialmente nas dinâmicas realizadas com jovens?

Um dos pilares fundamentais do projeto Defensoria Delas nas Escolas é justamente a necessidade de nomear as dinâmicas da sociedade e nomear o machismo é o primeiro passo. Muitos meninos crescem em contextos em que comportamentos violentos, misóginos ou controladores são naturalizados, reproduzidos e até incentivados como parte de uma ideia distorcida de masculinidade. Quando essas práticas não são nomeadas, quando não se reconhece que são manifestações de um machismo estrutural, elas permanecem invisíveis e, portanto, normalizadas. É a partir do reconhecimento de que vivemos em uma sociedade atravessada pelo machismo estrutural, que buscamos intervir, oferecendo ferramentas críticas para que identifiquem e questionem comportamentos aprendidos desde a infância. Por meio de dinâmicas participativas, os meninos são estimulados a repensarem seus comportamentos, suas referências e suas formas de se relacionarem com o mundo.

6) Quais têm sido os principais desafios ao mediar

o diálogo com estudantes sobre temas sensíveis como violência de gênero, abuso e relações de poder dentro dos espaços da escola?

Mediar o diálogo com estudantes sobre temas sensíveis como violência de gênero, abuso e relações de poder no ambiente escolar tem sido, ao mesmo tempo, um exercício necessário e desafiador. A escola é um espaço privilegiado para a formação crítica, mas também pode ser um reflexo das contradições e desigualdades da sociedade em que vivemos. Nesse contexto, alguns obstáculos aparecem de forma recorrente e precisam ser enfrentados com escuta, sensibilidade e informação qualificada. Um dos principais desafios apresentados é a naturalização da culpabilização da mulher. Muitos(as) estudantes reproduzem discursos que responsabilizam a vítima pela violência sofrida, seja por sua roupa, por ter “permitido” determinada situação, por não ter saído do relacionamento, ou por não ter denunciado. Essa mentalidade, profundamente enraizada, é fruto de uma cultura patriarcal que transfere a responsabilidade da agressão a quem sofreu, e não a quem a cometeu. Outro ponto crítico é a objetificação do corpo feminino, que aparece com frequência nas falas, nas piadas e nas dinâmicas interpessoais. Meninas são frequentemente reduzidas à aparência física e sexualizadas desde muito cedo, o que contribui para a normalização da violência sexual. Enfrentar essa lógica exige abrir espaço para a desconstrução de estereótipos e para o reconhecimento do valor das meninas para além da estética e do desejo alheio. Também é desafiador trabalhar a compreensão do ciclo da violência. Muitos(as) estudantes têm dificuldade em entender por que uma mulher permanece em um relacionamento abusivo ou retorna ao agressor. Essa incompreensão revela o desconhecimento sobre os mecanismos psicológicos, afetivos, econômicos e sociais que mantêm a vítima presa ao ciclo da violência — e reforça a urgência de discutir esse tema de forma clara e empática. O incentivo à rivalidade feminina também se apresenta como um obstáculo. Ainda são recorrentes discursos e comportamentos que colocam meninas umas contra as outras, baseados na competição por atenção masculina, padrões estéticos ou aceitação social. O projeto busca romper com essa lógica ao fortalecer a solidariedade, o apoio mútuo e o senso de coletividade entre as alunas. Apesar dos desafios, a experiência mostra que os(as) adolescentes estão abertos(as) ao diálogo quando se sentem respeitados(as), ouvidos(as) e provocados(as) a pensar criticamente.

7) A senhora poderia compartilhar algum relato

ou resultado de impacto percebido entre os(as) estudantes após participarem das dinâmicas do projeto? Alguma mudança de atitude, fala ou percepção?

A cada escola em que o projeto é apresentado, percebemos impactos distintos, mas sempre significativos. São muitos os rostos que, durante nossas falas, demonstram identificação com o tema com acenos afirmativos, olhares marejados, silêncios reflexivos, inquietações. Muitas vezes, após a atividade, estudantes procuram nossa equipe para conversas individuais, em que compartilham vivências pessoais, dúvidas e angústias. Esse movimento espontâneo de escuta especializada demonstra o quanto o projeto toca realidades concretas e rompe com silêncios. Recebemos, ao longo do percurso, diversos relatos que nos marcaram profundamente. Em uma das escolas, após a atividade, uma estudante buscou nossa equipe relatando ter sido vítima de violência sexual virtual. A partir da escuta acolhedora foi possível realizar a orientação jurídica adequada e mostrar as soluções possíveis para o caso. O simples fato de saber a quem procurar, e perceber que seria ouvida sem julgamento, fez toda a diferença naquele momento. Outro relato que nos comoveu foi o de um jovem aluno, que nos procurou ao final da atividade para agradecer pela presença da Defensoria Pública. Ele compartilhou que gostaria de ter escutado aquelas falas antes, pois talvez pudesse ter ajudado sua mãe a romper o ciclo de violência em que viveu. Emocionado, disse que agora entende o que ela passou e que se compromete a levar o que aprendeu para outras meninas, mulheres e colegas. Esse tipo de depoimento nos atravessa de forma profunda e reafirma o propósito do nosso trabalho. Também recebemos muitos outros relatos, em especial de meninas que revelam situações de violência sexual ou abusos não nomeados, mas que passam a reconhecer após o diálogo e as dinâmicas vivenciadas no projeto. Esses momentos reforçam a importância de ocupar os espaços escolares com informação acessível, escuta ativa e promoção de direitos.

8) Para finalizar, que mensagem a senhora gostaria de deixar para estudantes, educadores(as) e comunidade escolar sobre a importância do enfrentamento à violência de gênero e sobre a construção de relações mais respeitadas e igualitárias?

Para estudantes, educadores(as) e toda a comunidade escolar, a mensagem que deixamos é de esperança, responsabilidade coletiva e compromisso com a

transformação. O enfrentamento à violência de gênero exige coragem para romper silêncios, disposição para rever práticas naturalizadas e, sobretudo, investimento sério na educação em direitos como ferramenta urgente e necessária para prevenir e enfrentar as múltiplas formas de violência que atingem meninas e mulheres, muitas vezes desde a infância. A escola tem um papel fundamental nesse processo. É nesse espaço que se formam consciências, se constroem vínculos e se (re)significam relações. Por isso é imprescindível que o debate sobre igualdade, respeito e equidade esteja presente no cotidiano escolar; como parte do projeto pedagógico, da cultura institucional e da vivência comunitária. O projeto Defensoria Delas nas Escolas só é possível porque encontra, nas escolas por onde passa, educadores(as) comprometidos(as), gestoras e gestores abertos ao diálogo, e estudantes dispostos(as) a refletir, a escutar e a se posicionar. Já alcançamos milhares de alunos(as) e temos convicção de que estamos trilhando um caminho certo, necessário e transformador. A participação ativa dos(as) estudantes no Mural das Intenções — no qual registram desejos, compromissos e reflexões por uma sociedade mais justa — é a prova concreta de que eles e elas querem e estão construindo relações mais respeitadas, igualitárias e livres de violência. Esses gestos, por mais simbólicos que pareçam, traduzem o engajamento de uma nova geração que não aceita mais conviver com o machismo, com o silenciamento e com a desigualdade. Nosso desejo é que essa semente plantada continue a florescer após nossa passagem, que as escolas sigam fortalecendo o diálogo e que possamos levar essa iniciativa a cada vez mais territórios. Porque a transformação que buscamos começa exatamente aqui: com informação, consciência, afeto e compromisso coletivo.



Fernanda Prugner

Defensora Pública do Estado do Espírito Santo, Coordenadora de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, Conselheira da Câmara Técnica do Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Estado do Espírito Santo (CEDIMES), do Conselho Gestor da Casa Abrigo Estadual e Membro da Comissão Especial para Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher do CONDEGE.



Notícias do Programa

O que já fizemos...

Boletim do Clima Escolar

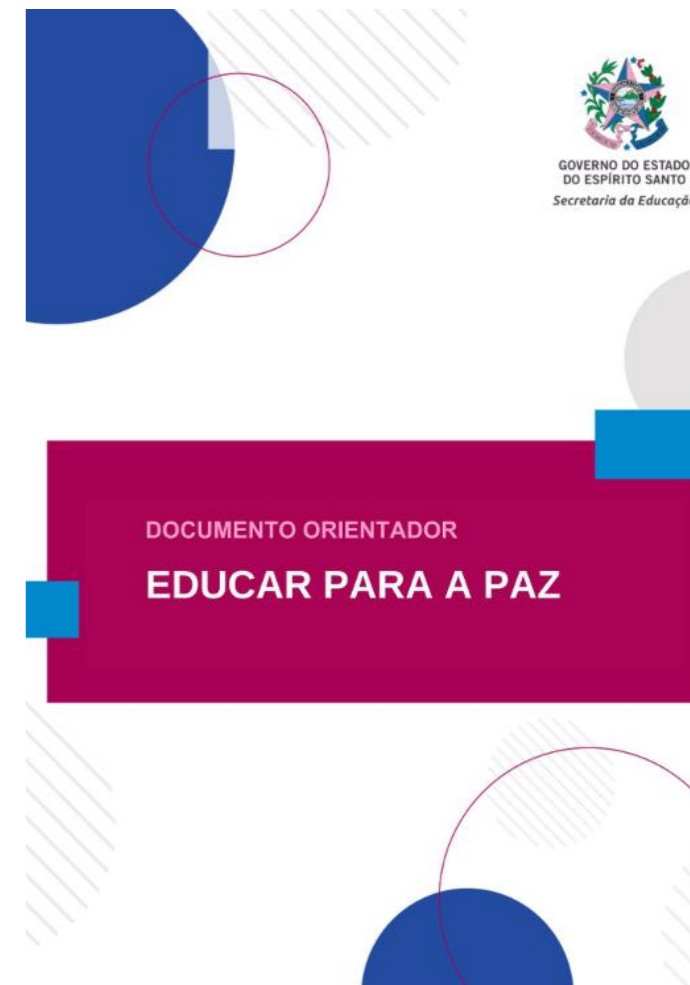
Uma das ações já implementadas no âmbito do programa Educar para a Paz é a produção do Boletim de Clima Escolar, elaborado em parceria com o Instituto Unibanco. O boletim, disponibilizado a todas as escolas da rede estadual, apresenta indicadores que revelam como os(as) estudantes percebem aspectos centrais do cotidiano escolar, como as relações interpessoais, a segurança e o ambiente de aprendizagem. A iniciativa contribui para o planejamento de ações que promovam o acolhimento, o bem-estar e a cultura de paz nas unidades escolares.



Documento orientador para gestores(as) escolares: inserção de princípios do Programa Educar para a Paz nas ações e tarefas dos planos de ação das escolas

No esforço de apoiar as escolas na promoção de uma cultura de paz, foi produzido o **Documento Orientador para Gestores Escolares**, que oferece diretrizes práticas para a inserção dos princípios do Programa

Educar para a Paz nas ações e tarefas dos planos de ação das unidades de ensino. A publicação propõe caminhos para que as equipes escolares integrem, de forma coerente com sua realidade, temas como cultura de paz, direitos humanos, gestão de conflitos, diversidade e pertencimento no planejamento pedagógico anual.



Formações

Em parceria com o [Cefope](#), a [Rede Abraço](#) e os grupos de pesquisa [Nupeges](#) e [Grupa](#) (UFES), o Programa Educar para a Paz promoveu formações voltadas à prevenção ao uso de drogas e ao debate sobre gênero e sexualidade. As ações reforçaram o compromisso com uma educação alinhada aos direitos humanos e aos desafios contemporâneos vivenciados nas escolas.

Além disso, no âmbito do projeto SerONU, foram desenvolvidos aprofundamentos temáticos sobre Cultura de Paz, Ecoformação e História dos Direitos Humanos e ONU. Essas formações possibilitaram ampliar o olhar dos(as) educadores(as) e estudantes para questões globais e para a importância de práticas pedagógicas que promovam a cidadania, o respeito à diversidade e a solidariedade.

Cadernos Metodológicos

O Programa Educar para a Paz tem consolidado importantes ações no campo da formação pedagógica. Entre elas, destaca-se a produção de alguns Cadernos Metodológicos que abordam temas fundamentais para a promoção da cultura de paz nas escolas. Já estão disponíveis os cadernos sobre prevenção ao uso de drogas, prevenção às violências contra as mulheres, cidadania e democracia, educação ambiental, educação e envelhecimento e povos e comunidades tradicionais. Cada publicação propõe reflexões, estratégias e práticas educativas que fortalecem o compromisso da rede com a equidade, os direitos humanos e a convivência respeitosa.



[Link para acessar os Cadernos Metodológicos](#)

O que vem por aí...

VI Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente

Entre os destaques do ano está a realização da VI Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (VI CNIJMA), com o tema “Vamos transformar o Brasil com Educação e Justiça Climática”. A iniciativa mobiliza estudantes de 11 a 14 anos, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, em um processo pedagógico que envolve debates, elaboração de projetos de ação e participação democrática nas escolas. As etapas estaduais ocorrerão de 06 a 08 de agosto, e a conferência nacional será realizada de 06 a 10 de outubro de 2025.



Simulação Estudantil da Organização das Nações Unidas na rede estadual – SerONU

Entre as ações previstas para este ano, destaca-se a realização da Simulação Estudantil da Organização das Nações Unidas na Rede Estadual (SerONU). A iniciativa envolverá estudantes de 15 escolas das 11 superintendências regionais em uma experiência formativa que simula o funcionamento da ONU. Por meio do exercício do diálogo, da escuta ativa e da negociação, os(as) jovens vivenciarão o papel de delegados(as), debatendo temas globais e construindo consensos, em uma prática potente de educação para a paz.



No dia 04/07, os alunos da escola EEEM Mário Gurgel realizam uma simulação de debate sobre a necessidade de acordo de paz entre Israel e Palestina, propondo acordos entre os dois países e realizando pesquisas sobre. Fotografia: Nicolcy Domingues de Jesus Souza



Debate moderado (On-line) pelo voluntário do projeto: João Francisco de Assis Rodrigues EEEFM Santíssima Trindade Município de Iúna



Fotografia: Sara dos Santos De Ávila EEEFM Santíssima Trindade Município de Iúna

Novos Cadernos Metodológicos

Em breve, três novos **Cadernos Metodológicos** também passarão a integrar o acervo do programa, ampliando as possibilidades de diálogo e formação nas escolas. Os novos materiais abordarão as temáticas: **racismo religioso, diversidade religiosa e construção de espaços seguros nas escolas**. Essas produções vêm para qualificar as práticas pedagógicas, promover o respeito às diferentes expressões religiosas e fortalecer ambientes escolares acolhedores, plurais e livres de qualquer forma de discriminação.



Educação em Direitos Humanos: desafios e caminhos possíveis

Antonio Lopes de Souza Neto

A Educação em Direitos Humanos (EDH) é um processo educativo de fundamental importância para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre de preconceitos e discriminações. Baseia-se na construção de conhecimentos, valores e práticas pautadas na promoção da dignidade humana, do respeito à diversidade e na democracia. No Brasil, a EDH tem suas diretrizes estabelecidas em documentos referenciais, como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2006) e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012).



É preciso salientar que não existe fórmula pronta para educar em direitos humanos. Cada comunidade escolar deve considerar suas especificidades e o contexto sociocultural em que está inserida. Os(As) professores(as) e demais profissionais da educação precisam, antes de tudo, estar sensíveis às questões relacionadas às violações dos direitos humanos e, a partir de uma formação adequada, incorporar a educação em direitos humanos em suas práticas cotidianas. Isso deve ser feito em todas as disciplinas e em todos os níveis de ensino, sem restringir-se à sala de aula ou a um

calendário de eventos. A EDH se faz cotidianamente. Uma abordagem transversal de direitos humanos na educação, enfatizando princípios como equidade, justiça social e respeito às diferenças, é um caminho promissor a se trilhar. No cotidiano escolar, isso pode ser feito por meio de metodologias ativas, como projetos inter, trans e multidisciplinares, debates, rodas de conversa, produção de materiais educativos e atividades culturais. A escola deve atuar como espaço democrático, promovendo a participação dos(as) estudantes e o diálogo entre diferentes perspectivas e, sempre que possível, envolvendo as famílias.

Os Desafios da Formação Docente em Direitos Humanos

Uma grande dificuldade para a efetivação da EDH é a formação deficitária de professores(as) e profissionais da educação nessa temática. Muitas licenciaturas praticamente não abordam os direitos humanos de maneira estruturada, e a formação continuada é, em geral, insuficiente ou precária. Essa lacuna compromete a capacidade dos(as) educadores(as) de lidarem com temas inerentes às violações dos direitos humanos tais como preconceito, discriminação, violência, machismo, racismo, capacitismo e LGBTQIAfobia, dentre outros.

Para superar essa dificuldade, é necessário que as secretarias de educação, universidades e institutos federais desenvolvam programas de capacitação permanentes, assegurando que os(as) educadores(as) tenham suporte teórico e prático para aplicar a EDH nas escolas.

Enfrentando o Senso Comum: “Defender Direitos Humanos é defender bandidos”

Outro desafio central é o enfrentamento da desinformação decorrente da distorção do conceito de direitos humanos. A ideia de que “defender direitos humanos é defender bandidos” é um reflexo da falta de compreensão sobre a universalidade desses direitos. Direitos humanos são garantias fundamentais para todas as pessoas, independentemente de sua condição social, gênero, etnia ou crença.

A escola tem papel essencial na desconstrução desses estereótipos. Isso pode ser feito por meio de discussões abertas sobre o significado dos direitos humanos, apresentação de casos históricos e contemporâneos de violação e promoção desses direitos, bem como pelo incentivo à empatia e à reflexão crítica.

O Papel da Comunidade e da Rede de Proteção

A educação em direitos humanos não pode ser uma responsabilidade exclusiva da escola. Para que seja efetiva, é essencial envolver pais, responsáveis, a rede de proteção da infância e da juventude e as comunidades do entorno. A articulação entre escola, conselhos tutelares, Ministério Público, Defensoria Pública,

Universidades, Organizações sociais e demais atores é fundamental para garantir um ambiente seguro e acolhedor para crianças, adolescentes e profissionais da educação. Estratégias como reuniões com famílias, oficinas comunitárias, fóruns de discussão e campanhas educativas podem contribuir para fortalecer essa parceria, tornando a EDH um compromisso coletivo.

A educação em direitos humanos é um processo indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, para que ela seja implementada de maneira eficaz, é necessário enfrentar desafios estruturais como a formação de educadores(as), os estereótipos negativos sobre direitos humanos e a integração entre escola, família e comunidade. Somente por meio de um esforço conjunto poderemos garantir que a educação seja um instrumento real de transformação social.

Para saber mais

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Justiça, 2006. 56 p.



Antonio Lopes de Souza Neto

Graduado em Física (Ufes) com especialização em educação a distância (Ufmg). Servidor técnico-administrativo da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) onde coordena o Núcleo de Direitos Humanos e Saúde (NuDHS) e o curso “Educação em Direitos Humanos: construindo a rede de educadores e educadoras em direitos humanos no Espírito”. Atualmente é coordenador da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos - Espírito Santo (ReBE-DH-ES).

Convivências: um caminho para a construção da Paz

Dr. Nei Alberto Salles Filho

Pensar, refletir, analisar, dialogar, propor e construir a Cultura de Paz são objetivos fundamentais do nosso tempo. Nosso tempo é ... 2025! Logo, a construção da paz se faz no agora, no tempo presente! É um “agora” complexo, com múltiplas dimensões que tem a ver com as pessoas, grupos sociais, países e também, cada vez mais, com o planeta! Sim, tecer a paz requer muito mais do que uma boa intenção ou algumas ações isoladas. É um processo de repensar as ações individuais e coletivas para além dos modelos com que estamos acostumados e que geram cansaço, tristeza, raiva e ódio. Por isso não basta ser a favor da paz, mas é necessário repudiar todas as formas de violência, além de agir pela não-violência!

Muitos dizem que a paz é “ausência de guerra”. Penso que essa ideia é limitada e por isso vamos pensar um pouco além: a paz deve ser o contrário de todas as formas de violência, entendidas como aquilo que causa sofrimento humano. Não só a guerra, mas o preconceito, a raiva, o ódio, a injustiça e a desigualdade em todas as suas formas são igualmente impeditivas ou destruidoras da paz. Portanto, a paz não tem a ver somente com as guerras entre países, mas com nossas ações cotidianas e com a justiça social que favorece a dignidade humana. Assim, ao invés de usar a palavra “ausência”, para falar de paz, peço para que pensem na palavra “presença”! Vamos compreender a Cultura de Paz como presença? Mas, presença de quê? Se a paz é, ao mesmo tempo, individual, social e planetária, é importante compreender o que deve estar presente e, ao mesmo, que integre todas essas dimensões. Ao longo das décadas de estudos já existe clareza de que a paz, para ter sustentabilidade e trazer avanço civilizatório, deve estar ancorada socialmente em democracia, direitos humanos, cidadania e sustentabilidade. Essas quatro dimensões, em sua plenitude, garantem sustentação para a justiça social, igualdade e dignidade para as pessoas. Tudo isso é base para uma sociedade pacífica! Podemos dizer que a cultura de violência é exatamente o contrário: ataques ou limitações na democracia, nos direitos humanos, na diversidade e na cidadania plena, assim como a negação da emergência climática!

Também já aprendemos que a Cultura de Paz é uma forma de reconhecer e valorizar as diferenças, a diversidade, a pluralidade



cultural e, enfim, as múltiplas formas de ser e viver no mundo. A paz é inclusiva e a violência excludente!!! A cultura de violência cria intolerância, raiva e ódio, desqualificando pessoas ou grupos sociais por qualquer marcador de diferença (deficiência, religião, etnia, gênero, padrão econômico entre tantos). Ou seja, cada julgamento baseado em nossa “crença pessoal”, que é legítima, mas, ao mesmo tempo, é somente nossa e não do outro, impede a construção de pontes. Também é importante ressaltar que a cultura de violência é ignorante, na medida em que ignora (ou finge ignorar) a ciência, a história, a cultura e a educação. Já a Cultura de Paz é inclusiva e acredita que a diversidade, a pluralidade e as diferenças nos ajudam a acolher e valorizar distintos pontos de vista e perspectivas de vida — e que não há nenhum problema nisso. É aí que a tolerância, no melhor sentido, surge como palavra central na construção de Cultura de Paz! Com a TOLERÂNCIA vem a EMPATIA, quando nos permitimos saber, reconhecer e sensibilizar com os outros, com suas histórias e suas vidas.

Quando compreendemos melhor essa riqueza da diversidade fica muito mais difícil, ou quase impossível, alimentar ódio e raiva em relação aos outros! Obviamente que a diversidade gera algumas contradições e conflitos. Porém, os conflitos são parte relevante da Cultura de Paz na medida em que, ao lidar com eles, de maneira positiva, com diálogo e mediação, aprendemos juntos e damos passos adiante no processo de crescimento individual, social e planetário que contribuem na construção da paz. Da mesma forma a Cultura de Paz valoriza a ciência, a verdade histórica, a cultura, a educação e o planeta!

Com essas breves considerações enfatizo que, embora exista esta complexidade das violências e da paz, é importante compreender que praticar/construir a paz começa de maneira mais simples: no olhar o(a) outro/outra como uma pessoa igual, com seus problemas, seus afetos, sua história e com todo o seu potencial de crescimento. Este olhar mais inclusivo e acolhedor, ao contrário do olhar de julgamento e desvalorização, deve ser o exercício diário nas relações humanas. Aqui reside, na prática, a tolerância e a empatia como bases da Cultura de Paz. Porém, insisto que, essa postura individual precisa vir acompanhada pelas palavras apresentadas no início: DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE. Precisamos, de fato, compreender que a Cultura de Paz necessita de um ambiente social democrático, que valorize a dignidade de todas as pessoas com suas condições básicas de existir (alimentação, moradia, etc.) de crescer (educação, saúde, cultura) e de viver plenamente (construir a própria história)! Não devemos confundir e dizer “quero a minha paz” sem considerar que a Cultura de Paz é coletiva!!! Cada vez que há omissão diante de situações de violência cotidiana (sejam as violências domésticas, o bullying, a invisibilidade da miséria, o ódio e julgamento dos outros pelas suas escolhas de existir, estamos alimentando a cultura de violência (que causa sofrimento). A paz é, e sempre será, ao contrário, uma construção solidária e coletiva!

Por fim, escrevo este artigo como um professor e pesquisador muito atento ao campo da Cultura de Paz e da Educação para a Paz. Também compre-

endo que como ser humano, historicamente situado em 2025, tenho meus papéis sociais e existenciais como filho, pai, companheiro, educador e tantos outros que me fizeram e fazem exercitar a não-violência com cada pessoa/situação que surge em minha vida. Por vezes eu acerto e outras vezes ainda tenho muito a aprender, porém, com essa caminhada, compreendi que a Cultura de Paz é possível e é relacional, com nossa individualidade a serviço da vida, das convivências positivas, da justiça social e do cuidado com nossa casa maior, o planeta! Convido vocês para este exercício cotidiano mais compreensivo, acolhedor e humano das pessoas da sua vida/família/amigos(as) bem como dos seus(as) colegas nas escolas e com seus alunos(as) e suas famílias, reconhecendo a potência dessa diversidade. Certamente, isso não exclui os conflitos e perspectivas diferentes, que são naturais. Porém, são estes conflitos que permitem encontrar pontos de convergência (mediação) para seguir o melhor caminho possível para todos. Estes elementos podem começar a pavimentar uma Cultura de Paz sustentável e duradoura!



Nei Alberto Salles Filho

Doutor e Mestre em Educação. Docente da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná. Coordenador do Núcleo de Educação para a Paz (NEP-UEPG).



Fala, Professor(a)!



Angelo da Conceição Demuner

Quando fui convidado a fazer parte do Projeto SerONU, não pensei duas vezes, pois logo de cara percebi o seu potencial para as escolas estaduais. O projeto faz parte do Programa Educar para a Paz da Sedu, que tem como objetivo fomentar uma cultura de paz nas escolas. Como docente, em uma escola localizada em uma região de vulnerabilidade social, vi nessa iniciativa uma oportunidade valiosa de levar para a sala de aula discussões que complementam e possibilitam o aprofundamento de habilidades e objetos de conhecimento do componente curricular de História.

Fazer parte desse projeto foi uma das melhores decisões que tomei este ano na minha carreira profissional. O prazer de estar envolvido só aumenta a cada dia. Atuo em parceria com a professora Larissa Aquino, que tem sido fundamental para o desenvolvimento do trabalho.

O projeto foi incorporado a uma das Eletivas previstas na formação das turmas da 1ª série do Ensino Médio Integral. Eu, professor de História, e a professora Larissa, de Sociologia, estamos conduzindo as atividades junto a uma turma de 25 estudantes na Escola Estadual de Ensino Médio Elza Lemos Andreatta, situada na região da Grande São Pedro, em Vitória. No início, tivemos certo receio, pois é meu primeiro ano nesta escola e eu não conhecia bem o perfil dos(as) estudantes. Assim, foi essencial trabalharmos o engajamento para que a proposta funcionasse e, para nossa surpresa, o envolvimento dos(as) estudantes com os temas abordados superou nossas expectativas.

Nas aulas, realizamos simulações de assembleias e comitês, abordando temas relevantes para a geopolítica global. Utilizamos diversas metodologias como seminários, rodas de conversa, world café, dinâmicas de grupo, dentre outras. Além de aprenderem conteúdos densos sobre direitos humanos e sustentabilidade, os(as) estudantes têm momentos dinâmicos e práti-

cos, colocando “a mão na massa”.

Ainda estamos no início da jornada, mas já temos muitos planos e expectativas para a culminância do projeto, que ocorrerá em outubro deste ano, quando os(as) estudantes participarão de uma simulação estadual envolvendo 15 escolas de todo o estado do Espírito Santo. Nessa ocasião, será montada uma estrutura que simulará uma assembleia da ONU, na qual os(as) estudantes representarão delegações dos países membros.

Nosso principal objetivo é fazer com que os(as) estudantes desenvolvam habilidades como protagonismo, oratória, liderança e empatia, tornando-se multiplicadores de uma cultura de paz na escola e na sociedade. Esperamos que este projeto se consolide e se expanda por toda a rede, ampliando o impacto positivo que temos vivenciado na EEEM Elza Lemos Andreatta.

Educar para a paz é um desafio, e a cultura de paz, ainda parece um sonho distante. No entanto, o projeto SerONU se apresenta como um caminho profícuo, no qual podemos vislumbrar a transformação de muitas realidades. Como cantava Raul Seixas: “Sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só mas sonho que se sonha junto é realidade.”



Angelo da Conceição Demuner

é graduado em História pela Faculdade Saberes (2013) e mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2021). Atualmente é professor na Rede Estadual de Educação e leciona na escola EEEM Elza Lemos Andreatta, em Vitória.

Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher (06 a 12 de março)

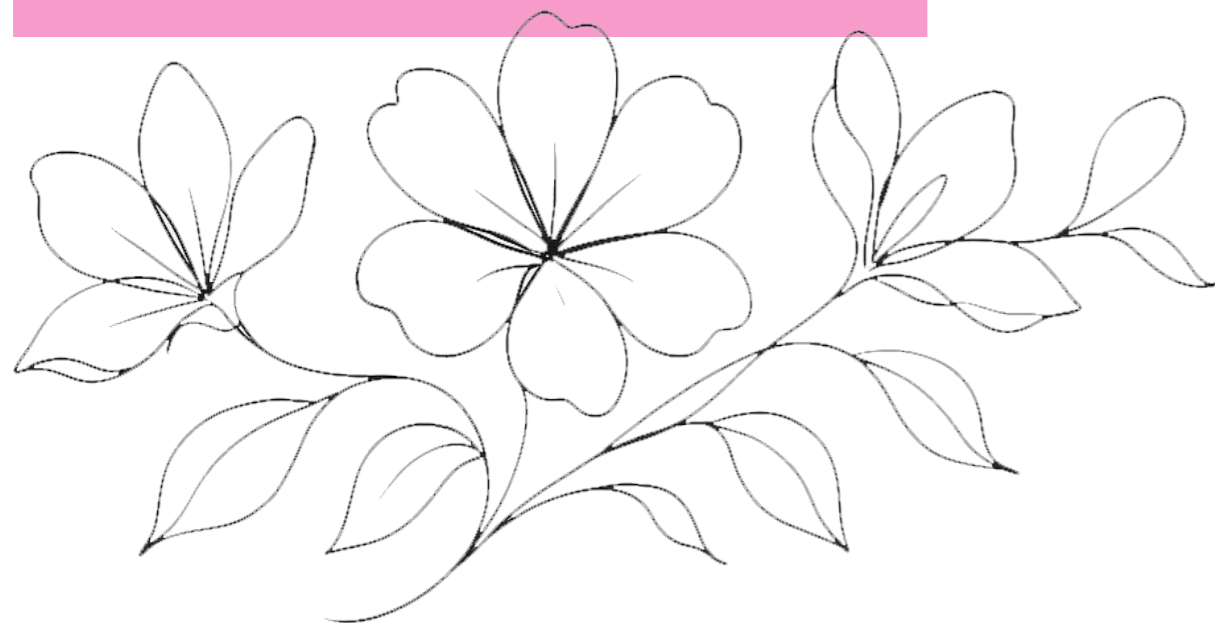
Instituída pela Lei nº 14.164/2021, essa semana tem como objetivo sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância de prevenir e combater todas as formas de violência contra meninas e mulheres. Trabalhar essa temática no ambiente escolar é fundamental para promover o respeito, a equidade de gênero e os direitos humanos desde as fases iniciais da formação cidadã. Além disso, contribui para desconstruir estereótipos, identificar situações de risco e fortalecer redes de proteção.

Sugestão de recurso pedagógico de apoio:

O documentário “Silêncio das Inocentes” mostra como se processa no Brasil a aplicação da Lei nº 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, considerada uma das três leis mais completas do mundo no gênero.



Imagem de campanha com referência ao título Silêncio das Inocentes, utilizada para ilustrar situações de violência e silenciamento.



Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História (10 a 14 de março)

Instituída pela Lei nº 14.986/2024, essa semana convida as escolas a reconhecerem e valorizarem o papel histórico, político, científico e cultural das mulheres na sociedade. Trabalhar essa data é essencial para ampliar a visibilidade das contribuições femininas, romper com narrativas tradicionais que invisibilizam essas trajetórias e estimular o respeito à diversidade de experiências e saberes. No contexto escolar, trata-se de uma oportunidade de construir referências potentes para meninas e meninos, combatendo estereótipos e promovendo igualdade de gênero.

Sugestão de recurso pedagógico de apoio:

O Filme “Ainda estou aqui” retrata o Brasil durante o período da ditadura militar. Na trama, Eunice Paiva, mãe de cinco filhos, é obrigada a reinventar a si e a sua família, resistindo à opressão que paira sobre o país. Do aclamado diretor, Walter Salles, e baseado no livro de memórias de Marcelo Rubens Paiva, esse filme narra uma parte importante da história oculta do Brasil e mostra a força de uma mulher que não desistiu.



Cartaz oficial do filme Ainda Estou Aqui, dirigido por Walter Salles.

Dia de Conscientização Contra o Bullying (07 de abril)

O bullying, em suas diversas formas (física, verbal, psicológica e virtual), afeta profundamente o bem-estar, a autoestima e o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Promover a conscientização sobre o tema no ambiente escolar é essencial para identificar práticas violentas naturalizadas, estimular a empatia e fortalecer a convivência respeitosa entre os(as) estudantes. Trabalhar essa data contribui diretamente para a construção de uma cultura de paz, em que o diálogo, o acolhimento e o cuidado mútuo são valores compartilhados.

Sugestão de recurso pedagógico de apoio:

O vídeo “Bullying e cyberbullying não são brincadeiras. São crimes” trata-se de um episódio do canal Jornalismo Tv Cultura. O #OpiniãoNaCultura, apresentado por Rita Lisauskas, discute com especialistas sobre Bullying e o cyberbullying. Este episódio aborda o bullying como uma forma de violência muitas vezes invisível, discutindo suas manifestações, impactos e formas de enfrentamento no ambiente escolar.

https://www.youtube.com/watch?v=yzM_GM2IHhs

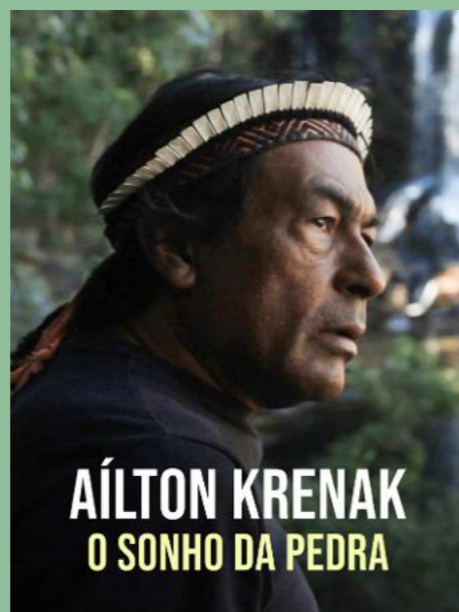
Dia dos Povos Indígenas (19 de abril)

O Dia dos Povos Indígenas é uma oportunidade fundamental para reconhecer e valorizar a diversidade étnica e cultural dos povos originários do Brasil. Trabalhar essa temática no contexto escolar é propor reflexões críticas que valorizem as vozes indígenas, promovam o respeito às diferenças e incentivem o protagonismo dos(as) estudantes no combate aos estereótipos e ao preconceito. Além disso, é uma forma de romper com visões simplificadas e excludentes, destacando a presença indígena como viva, múltipla e em constante movimento. A valorização das culturas e histórias indígenas contribui diretamente para uma educação comprometida com os direitos humanos, a justiça social e a construção de uma sociedade mais equitativa, plural e democrática — pilares da cultura de paz.

Sugestão de recurso pedagógico de apoio:

O filme “Ailton Krenak e o Sonho da Pedra” é um documentário produzido pelo canal Futura em que Ailton Krenak, importante liderança indígena, compartilha sua trajetória de vida, sua relação com a natureza, a importância da oralidade e as lutas de seu povo.

<https://www.youtube.com/watch?v=xm7geCZ-DxwM&list=PLKhWHg4n31FpgkfBnfKRVJIFwYJKJKN97>



Cartaz oficial do documentário Ailton Krenak: O Sonho da Pedra, dirigido por Marco Alberg.

Geaciq Indica

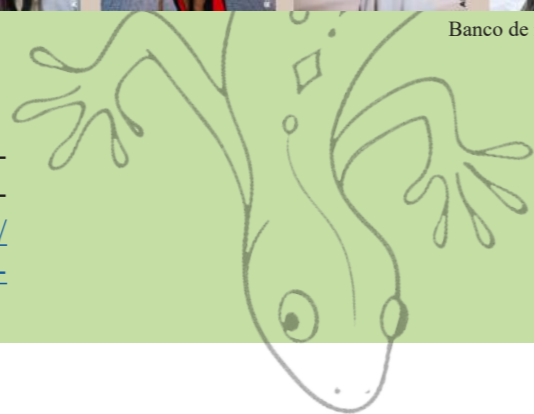
“Vamos falar sobre os Povos Indígenas?” é um material pedagógico que foi elaborado com o objetivo de ampliar os conhecimentos sobre as culturas, línguas, modos de vida e lutas dos povos indígenas. É um convite ao diálogo, à escuta atenta e ao reconhecimento da diversidade dos povos originários que habitam este território muito antes da noção de Brasil.

Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1cKe_DEOIfNrev_zE_jAAy-f-8OyZjRVsi/view?usp=sharing

Para mais opções de materiais produzidos pela Gerência de Educação Antirracista, do Campo, Indígena e Quilombola (Geaciq) acesse o link: <https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/relacoes-etnicoraciais/>



Banco de imagens Sedu



Dia da Família na Escola (24/04)

Você já parou para pensar qual é a relação entre família e escola? Essas duas instituições, além de serem os primeiros vínculos sociais aos quais pertencemos, funcionam como fortes redes de apoio para o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens. Cada uma, com suas experiências, relações e responsabilidades, edifica uma relação poderosa quando atua em parceria. O Dia da Família na Escola é mais do que um evento escolar: é um convite à aproximação, ao diálogo aberto e à construção de possibilidades de transformação por meio da educação.

A psicologia escolar nos ensina que a família quando participa ativamente da vida escolar do(a) estudante, favorece o aprendizado, fortalece afetos, estabelece uma cultura de paz e amplia o sentimento de pertencimento dos(as) estudantes. Para isso, é fundamental que a escola se aproxime das inúmeras configurações familiares, respeitando suas histórias. Assim, os objetivos são compartilhados para a escuta e o acolhimento das relações que se estabelecem, contribuindo para o desenvolvimento de adultos autônomos e responsáveis. Convidamos você a estar junto à escola. Quando família e escola caminham lado a lado, potencializamos futuros e cultivamos, desde agora, uma cultura de paz.

Sugestão de recurso pedagógico de apoio:

Filme: Extraordinário (2017). 1h51min. Stephen Shbosky.

O filme demonstra, de forma prática e sensível, a valorização do papel da família na construção do sentimento de pertencimento à comunidade escolar e no enfrentamento conjunto dos desafios relacionados à inclusão.

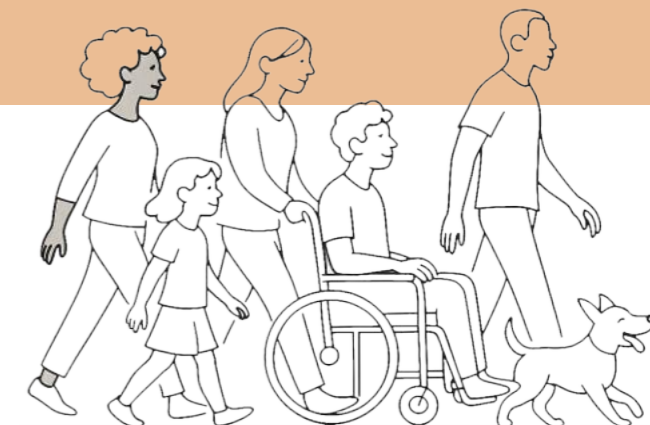


Cartaz oficial do filme Extraordinário, dirigido por Stephen Chbosky.



Hiago Couto Silva Ramos

Psicólogo com atuação em educação, criatividade e inovação. Atua como Coordenador de Educação Profissional, promovendo experiências formativas que articulam psicologia educacional, inclusão e inserção produtiva de pessoas no mundo do trabalho.



Dia Estadual da Promoção de Igualdade Racial (13 de maio)

A data de 13 de maio, tradicionalmente associada à abolição formal da escravidão no Brasil, ganha novo significado com a instituição do Dia Estadual da Promoção de Igualdade Racial, proposto pela Lei nº 11.212/2020. Mais do que lembrar o fim de um sistema escravocrata, o objetivo é provocar reflexões críticas sobre o racismo estrutural, dar visibilidade às lutas históricas do povo negro e valorizar a riqueza das culturas afro-brasileiras. Trabalhar essa data na escola é fundamental para o combate ao preconceito, para a promoção da equidade e para a construção de relações sociais mais justas — alicerces de uma educação para a paz.

Sugestão de recurso pedagógico de apoio:

O filme “Panteras Negras: Vanguarda da Revolução” — 2015 trata-se de um documentário dirigido por Stanley Nelson que resgata a trajetória do Partido dos Panteras Negras, movimento político e social surgido nos EUA nos anos 1960 para combater a violência policial e o racismo institucional. Apesar do contexto americano, o supracitado filme permite estabelecer paralelos com o racismo estrutural brasileiro e com os movimentos negros históricos e contemporâneos.

<https://www.youtube.com/watch?v=ble3Sv2QIec>

Para mais opções, acessar o material produzido pela Gerência de Educação Antirracista, do Campo, Indígena e Quilombola (GEACIQ), por meio do link: <https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/wp-content/uploads/2024/10/Geaciq-Indica-producao-de-agosto-cinema-ERER.pdf>

Semana do Meio Ambiente (09/06 a 13/06)

Instituída para celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente (05 de junho), essa semana tem como objetivo mobilizar a comunidade escolar em torno da importância da preservação ambiental e da construção de uma cultura de sustentabilidade. Trabalhar essa temática nas escolas é essencial para promover valores de cuidado com a vida, responsabilidade coletiva e justiça socioambiental, desde as etapas iniciais da formação cidadã. Além disso, contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica frente aos desafios ambientais contemporâneos e fortalece o protagonismo estudantil na defesa do planeta.

Sugestão de recurso pedagógico de apoio:

O curta-metragem “Ilha das Flores”, dirigido por Jorge Furtado, provoca reflexões sobre consumo, desigualdade, descarte e dignidade humana. A obra pode ser utilizada como ponto de partida para debates sobre os impactos socioambientais da lógica de produção e consumo vigente, estimulando os(as) estudantes a pensarem em alternativas sustentáveis para seu território.



Cartaz do documentário Ilha das Flores, dirigido por Jorge Furtado.

Ecoformando

Ecoformação: por uma educação integral

Virginia Ostroski Salles

Em tempos de urgência climática, colapso social e excesso de informação, talvez um dos maiores desafios da educação seja formar seres humanos inteiros/completos/integrais. Seres que pensem, sim — mas que também sintam, percebam e cuidem. É nesse cenário que ganha força a proposta da Ecoformação, uma abordagem educativa que nos convida a reencontrar o essencial: a conexão profunda entre o ser humano, a natureza (gaia) e a vida. Isso se conecta diretamente com a proposta da Cultura de Paz e de uma Educação para a Paz!

A Ecoformação se fundamenta na interação profunda entre o ser humano e o meio ambiente, entendendo a natureza não apenas como um cenário externo, mas como um agente formador essencial. Trata-se de uma formação do ser humano em relação ao seu entorno ecológico, social, cultural e espiritual. Isso é justamente um contraponto a vários modelos pedagógicos tradicionais que privilegiam exclusivamente a razão e o conhecimento técnico-científico. A Ecoformação valoriza a dimensão sensível, experiencial e ética da aprendizagem e, nesse sentido, promove uma formação integral que envolve o corpo, os sentimentos, a intuição e o espírito, considerando a experiência vivida como elemento central do processo formativo.

A Ecoformação também se articula com os princípios da sustentabilidade, orientando-se por uma ética da responsabilidade em relação ao planeta, às futuras gerações e à vida em todas as suas formas. Daí sua ligação umbilical com a Agenda 2030 da ONU como documento que expressa intenção de avanço civilizatório e da construção de uma Cultura de Paz para o mundo do século XXI.

A Ecoformação insere-se em um paradigma educativo que busca superar a fragmentação do conhecimento, integrando saberes diversos e promovendo uma visão complexa da realidade. O conceito de Ecoformação foi desenvolvido pelo educador francês Gaston Pine-

au, que o propôs como uma das dimensões da formação humana, ao lado da autoformação (formação por si mesmo) e da heteroformação (formação pelo outro). Essa perspectiva dialoga com as contribuições de pensadores como Edgar Morin, cuja teoria do pensamento complexo influenciou fortemente a compreensão de processos educativos interligados e interdependentes, e Paulo Freire, cuja pedagogia crítica e libertadora oferece uma base ética e política para a construção de uma educação voltada à emancipação e à justiça social. Trata-se, portanto, de uma educação orientada para a construção da paz.

Em minha dissertação de mestrado intitulada “Ecoformação e educação para a paz: intervenções ecoformadoras nos anos iniciais do ensino fundamental”, desenvolvi uma análise teórica e prática sobre a Ecoformação, destacando sua importância na formação integral dos(as) alunos(as) dos anos iniciais do Ensino Fundamental com o objetivo de estabelecer práticas pedagógicas que promovam a Ecoformação e a educação para a paz, articulando saberes e práticas sobre esses temas. Entre as principais características da Ecoformação, destacam-se:

- 1. Integração com a natureza:** A natureza é concebida não apenas como um cenário, mas como um agente formador que desperta a consciência ecológica e o senso de pertencimento ao mundo.
- 2. Dimensão sensível e experiencial da aprendizagem:** Valoriza-se a experiência vivida, os sentimentos, a percepção e a intuição, promovendo uma aprendizagem que envolve o corpo e as emoções.
- 3. Educação para a sustentabilidade e para a vida:** Busca formar sujeitos conscientes, responsáveis e éticos em relação ao planeta, à sociedade e a si mesmos.
- 4. Relação entre o ser humano, a cultura e o cosmos:** A formação humana é entendida em um contexto mais amplo, interligando aspectos eco-

lógicos, sociais e espirituais.

5. Autoconhecimento e transformação pessoal: Incentiva-se a reflexão interna, a conexão com os próprios valores e com a vida em sua totalidade.

Durante esse estudo, articulei a Ecoformação com a Educação para a Paz, destacando que práticas pedagógicas que promovem a Ecoformação contribuem para a formação de sujeitos mais conscientes e comprometidos com a construção de sociedades mais justas e sustentáveis. A Ecoformação representa uma proposta pedagógica que visa formar sujeitos sensíveis, conscientes e comprometidos com a preservação da

vida e com a construção de sociedades mais solidárias e sustentáveis. Sendo assim, a Ecoformação é, antes de tudo, um convite para que a educação volte a tocar o que há de mais humano em nós. É um chamado para que nossas escolas formem não apenas mentes brilhantes, mas corações atentos, corpos presentes e espíritos comprometidos com a vida. Frente aos desafios do nosso tempo, precisamos de uma educação que reconecte. Que cure. Que inspire. E que nos ajude a cuidar — uns dos outros, da Terra e de nós mesmos. Por isso, a Ecoformação é uma das maiores possibilidades no campo da Educação para a Paz.



Virgínia Ostroski Salles

Doutora e Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia (UTFPR). Graduada em Licenciatura em Pedagogia. Tutora do Curso de Pedagogia da UFPR e Professora Alfabetizadora. Pesquisa e atua em projetos de Convivências Escolares e Educação para a Paz.



Repositório pela Paz

Convite às escolas: Participe da próxima edição da Revista Diálogos!

Acreditamos que a transformação do ambiente escolar passa pelo compartilhamento de experiências, reflexões e boas práticas. Por isso, convidamos vocês, educadores(as), gestores(as), equipe Apoie Escola, ou estudantes, a contribuírem com a próxima edição da nossa revista Diálogos!

Se sua escola desenvolveu ou desenvolve ações, projetos ou iniciativas inspiradoras relacionadas à Cultura de Paz e à prevenção de violências no contexto escolar, queremos conhecer e divulgar esse trabalho. Sua experiência pode servir de inspiração para outras unidades escolares e fortalecer essa rede de educação para a paz.

Como Participar?

Envie seu relato, artigo ou registro de prática pedagógica até 31/08/2025 para o e-mail suea@edu.es.gov.br com as seguintes informações:

- Nome da escola e município;
- Nome(s) do(s) responsável(is) pela ação;
- Breve descrição da iniciativa;
- Resultados alcançados ou expectativas;
- Fotos ou materiais complementares (se houver).

Vamos juntos construir um ambiente escolar mais seguro, acolhedor e democrático! Sua escola pode ser destaque na próxima edição.

Participe!





GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Educação



Gerência de Currículo
da Educação Básica

